

CRISE NO ACORDO INTER-PARTIDARIO

O tão anunciado discurso do sr. José América que, segundo se dizia, ia pôr "tudo às claras" e acabar com o acordo inter-partidário, não passou de um escrespamento momentâneo das águas desse mar nanso, ou antes, mar morto, em que vem navegando o governo do general Dutra. O senador udenista, que é um intelectual decente, parece que quiz "desabafar", conforme, aliás, disse no discurso, mas limitou-se a relatar alguns episódios das tricas e futricas da política burguesa e insinuar a necessidade de voltar a U.D.N. a uma situação de força oposicionista.

Mas, não obstante o cometimento do discurso do sr. José América, parece que os seus acenos, quanto à possibilidade de rompimento completo do acordo inter-partidário e volta da U.D.N. à oposição, não agradaram a grande número de "próceres" udenistas. O discurso não foi recebido com grande entusiasmo em muitos setores da U.D.N. e isso é perfeitamente explicável. Muito embora sofra a influência de muitos intelectuais que temperaram suas convicções democráticas no combate ao Estado Novo, a U.D.N. é, fundamentalmente, (Continúa na 4.a pag.)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Herita
Gerente:
Fébus Gikovnte

ANO II — 1.º DE JULHO DE 1949 — N.º 30
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça do Sé, 237 - 2.º and
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

MENTALIDADE COLONIAL

A Carta do sr. Corrêa e Castro é um documento representativo de larga camada da burguesia brasileira

A INDIGNA CARTA DO SR. CORRÊA E CASTRO

Fala na Camara dos Deputados o comp. João Mangabeira

A propósito da carta que o Sr. Corrêa e Castro, como Ministro da Fazenda, dirigiu ao secretário do tesouro dos Estados Unidos solicitando-lhe um empréstimo para o Brasil, carta redigida em termos tais que provocaram a repulsa de muitos membros da Comissão dos Deputados e determinaram a renúncia do ministro do gal. Dutra, o comp. João Mangabeira, em nome do Partido Socialista, pronunciou o seguinte discurso na Câmara dos Deputados:

Sr. Presidente, falo em nome do meu Partido e por sua determinação.

A bancada socialista não quis ontem, pronunciando-se a respeito da carta do Sr. Ministro da Fazenda, limitando-se a juntar os seus aplausos gerais da Câmara coroados as eloquentes e nobres palavras do Sr. Gabriel Passos.

Esperávamos que se extinguíssem as vinte e quatro horas, digamos, do prazo normal, para que o Sr. Ministro da Fazenda, diante da manifestação, a bem dizer unânime, da Câmara, se demitisse.

Anunciam os jornais que S. Exa. cumpriu seu dever, pedindo sua demissão; mas, ao nosso ver, o Sr. Presidente da República não cumpriu o seu; quando lhe negou ou quando a procrastina.

O Sr. Acúrcio Torres: — Permita-me V. Exa. um aparte? Devo afirmar que não apenas no caso corrente, que certamente, V. Exa. tratará com o brilho de sempre, mas em qualquer caso, o atual Presidente da República — saiba o nobre Deputado — jamais deixará de cumprir o seu dever.

O Sr. João Mangabeira — Tomarei em consideração este aparte de V. Exa. talvez para terminar meu discurso.

Assim a carta, aparentemente prestigiada por esse Poder, ou aparentemente sustentada por essa delonga, impõe a nós, Deputados, sem diferença de quadros partidários, o dever de reafirmar —

hoje com mais força, muito mais força do que ontem — as palavras proferidas pelo Sr. Gabriel Passos, quando asseverava que a carta do Sr. Ministro da Fazenda não representa a vontade do Brasil (Muito bem). Ao invés disso, representa a vontade do Brasil inteiro, no que tem de mais livre em sua consciência...

O Sr. Plácio Lemos — O Sr. Presidente da República já assumiu a paternidade da carta!

O Sr. João Mangabeira — ... de mais sensível em seu melindre e de mais pundonoroso em sua honra; e, por isso, comecei estranhando esse apoio que o nobre líder da maioria acaba de negar, porque não tenho notícia — e com certeza vós também não tereis — em todo curso da nossa História, de documento como esse, que o novo brasileiro leu com o coração fremindo de revolta, a fronte enevoada de tristeza e a cara calçada de vergonha (Muito bem).

Que o Brasil aflito, em meio à crise que declara ser "sem precedentes em nossa História", que o Brasil, envolvido numa situação tamanha de gravidade, apellesse para o crédito de uma Nação Amiga, está certo, ou poderia estar certo. Mas, nos termos humilhantes de insensibilidade e de indecoro em que o fez, não e não! Jamais poderia S. Exa. ter declarado ao Ministro de outra Nação, como justificativa de um pedido de dinheiro que nossos portos, isto é, os marítimos e os fluviais, que nossas cidades, isto é, as do litoral e as do interior, que nossas bases aéreas, isto é, as da costa e as do sertão, poderiam ser ocupados por um inimigo hipotético partindo de outra banda do mundo e que tudo isso nos tomaria e disso se assenhorearia, deles fazendo base para agressão contra nosso aliado, até que este, perdendo vidas e dinheiro, o viesse desalojar, para nós restituir de novo a liberdade!

Não! O Sr. Ministro da Fazenda não poderia — nem por hipótese — formular essa situação de desguarnecimento, de delinqüencia e de desagregação.

O Sr. Fernando Flores — Essa afirmação nega a tradição do povo brasileiro.

Não sei, nunca tive notícia desse proverbio no Brasil, de que o amigo que não estende a mão a outro tem de carregá-lo às costas!

Não o conhecemos nós, Deputados do Norte. Ontem me declararam que não o conheciam vários Deputados do Sul. Este proverbio nunca existiu em Estado algum do Brasil!

O Sr. Glicerio Alves — No Sul, não o conhecemos.

O Sr. João Mangabeira — Porque ele só poderia existir nas terras de lassidão e covardia, nas terras de ninguém, da parasitagem, da senvergôniche e da dissolução! (Palmas)

O Sr. Ademar Rocha — Proverbio de banqueiro!

O Sr. João Mangabeira — Mas, ainda quando esse proverbio fosse corrente entre nós, não poderíamos utilizá-lo como fundamento de um empréstimo, ainda a uma Nação de cuja amizade fraterna nos honramos para lhes dizer, sem mais rebuços, num despejamento de corar as pedras das ruas, que os Estados Unidos nos estendem as mãos ou nos carregam às costas!

Não, Srs. Deputados! O Brasil não é, nunca foi, não será jamais carregado às costas por ninguém! (Muito bem) O Brasil andou sempre, anda sempre, andará sempre no rumo dos seus destinos, marchando com seus próprios pés! (Apoiado)

Mas, como que para por em relevo todo o opróbrio que a carta sintetiza e toda a desfaçatez que revela a carta começa por dizer textualmente que poderíamos vencer a dificuldade; "poderíamos dela triunfar com a execução inflexível" (Continúa na 2.a pag.)

Finalmente, caiu o sr. Corrêa e Castro. O pretexto, ou antes, o motivo aparente da sua queda, foi a malnada carta que havia endereçado há dois anos ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos. O motivo verdadeiro da sua queda: as escandalosas negociações do café (venda de saldos do estoque do D.N.C., e que causou sensíveis perturbações no mercado cafeeiro) e pagamento da dívida do café em Londres o que proporcionou gordas vantagens a alguns cidadãos de "entourage" do ministro e prejuízos às finanças do Brasil, na atual situação de escassez de dólares). Na verdade, a imprensa, especialmente a mais ligada aos interesses dos fazendeiros de café, há muito vem atacando a carta, e contra as negociações do ministro.

Mas o general Dutra fazia ouvidos moucos à gritaria da imprensa. O temperamento de reacionário empedernido do general, com sua formação política estruturada na escola do fascismo estadonovista, é profundamente hostil a tudo quanto choque a "pressão da opinião pública". Mas, como o general não podia, "apareceu", como que por encanto, nos jornais, a carta escrita pelo ministro há dois anos. A carta foi levada à Câmara e a U.D.N., que estava capitaneando a luta contra o ministro-negociante, na defesa dos interesses dos fazendeiros de café, não perdeu a oportunidade. O P.S.D., por sua vez, desinteressou-se de defender um membro do governo capaz de compreender, com as suas bandalheiras, o prestigiosinho de "honestidade" do próprio governo. Daí a queda irremediável do sr. Corrêa e Castro, com a qual o general Dutra teve de conformar-se afim de não se comprometer de forma muito perigosa perante a opinião pública de todo o país, inclu-

sivo nos meios nacionalistas, entre os quais o exercício, onde a carta do ministro não podia deixar de causar profunda repercussão.

Mas a carta do sr. Corrêa e Castro, em si, não representa apenas uma exibição de submissões de um cidadão sem brios patrióticos. Provavelmente, muitos dos burgueses que atacaram o ministro fariam a mesma coisa, se estivessem no lugar dele. Tanto isso é exato, que muitos já tinham conhecimento da carta e nunca se lembraram de levá-la ao debate público. Na verdade, a carta do sr. Corrêa e Castro é bem um documento representativo de toda uma larga camada da burguesia brasileira, que se que se mostra incapaz de impulsionar o progresso material do país, de desenvolver qualquer empreendimento de envergadura, enfim, uma classe precocemente decadente, de mentalidade colonial, que só espera a redenção em virtude da "generosidade" de um protetor imperialista (no caso os E.E. U.U.). Quando o general Dutra foi aos Estados Unidos, recentemente, quase toda a alta burguesia brasileira ficou alvoroçada, esperando que o general trouxesse a solução dos problemas econômicos brasileiros como um presente das mãos generosas de mister Truman. Quer dizer, para os nossos grandes burgueses era muito natural que o general Dutra fosse aos Estados Unidos mais ou menos na situação em que o Brasil figura na carta do ministro: do chapéu na mão, pedir dólares ao protetor imperialista, para tirar a nossa economia dos apertos em que a deixa a incapacidade, o immediatismo, a decrepitude precoce das nossas classes dominantes.

Enfim, a carta corcalhana do ministro não está muito longe de representar a mentalidade dos grandes burgueses brasileiros. O nacionalismo destes, o seu patriotismo, em geral, é basfúria para servir de exercíscio contra as idéias socialistas e outros bichos feios (para eles) que andam por aí. Na hora de se cogitar de fazer do Brasil um grande país, com uma economia sadia, um povo de nível sanitário, cultural e econômico elevado, através de transformações profundas, eles só se lembram de pedinchar nos Estados Unidos, como fez o ministro...

A. C. C.



Politica Burguesa e Politica Socialista

Desde sua fundação que o Partido Socialista vem recebendo de parte dos mais desencontrados comentaristas políticos, quer sejam de café ou exerçam realmente a profissão, uma série de comentários elogiosos que, no fundo não são mais que uma maneira velada desses indivíduos manifestarem a sua alergia à política socialista, visto que tais comentários terminam sempre mais ou menos assim "...mas, o Partido Socialista não é um partido de massas, não se acha ligado à massa operária". Partido de massa para esses comentaristas — uns meio-liberais, outros, pequeno-burgueses temerosos de uma ação política mais decidida, é o Partido Comunista, e, inclusive, o Partido Trabalhista de Getúlio Vargas. Dessa maneira, procuram justificar o seu afastamento da política socialista, e o seu completo abandono às seduções da política burguesa.

Há outros que são mais irônicos e mais ferinos. Não nos poupam inclusive os epítetos de "clubes", de "bando de intelectuais", enquanto que outros já dizem resignadamente, "um punhado de idealistas que a massa não entende". Uns e outros, entretanto, quer elogiem o partido ou o vituperem, o que fazem na verdade, é condenar todos os processos postos em prática não só pelo Partido Socialista Brasileiro, mas, em geral, pela política socialista. Porém, a política socialista, a política burguesa, da mesma maneira que há filosofia de vida socialista e uma outra burguesa.

A política socialista é, antes e acima de tudo, uma política voltada para o futuro. Ela não é, como querem alguns, uma política tendente a conquistar a massa pela massa, a conquistar votos pelos votos. Não é uma política quantitativa, como a política burguesa, mas, sobretudo, uma política qualitativa. Sem esquecer que os puristas da dialética nos cairão em cima, usamos mesmo dizer que a política socialista é aquela política que inverte a colocação dialética do problema da qualidade e da quantidade. Se a dialética, inclusive a marxista, nos diz que uma transformação da quantidade leva a uma transformação da qualidade, usamos afirmar em contraposição, que a política socialista se estriba no princípio de que a qualidade se transformará em quantidade, ou seja, que é na medida em que a política socialista segue sendo qualitativa que ela tem esperanças de vir a ser quantitativa.

Posta a questão nesses termos, levanta-se a velha discussão em torno do problema: O partido socialista deve ser um partido de quadros, ou um partido de massa? A colocação do problema nesses termos é, antes de mais nada capciosa, pois, envolve a presunção de que um partido de quadros se opõe, como a água ao vinho, a um partido de massa. Nada do mais falso. Oposição entre "quadros" e "massa", não existe e não ser na medida em que há interesse em que ela exista.

Objetivam alguns que substituímos uma questão muito importante, a saber: na medida em que os quadros partidários aumentam, isto é, à proporção que o partido vai se transformando de partido de quadros em partido de massa, tende, naturalmente, a cair o nível ideológico dos militantes e a ideologia partidária, consequentemente, tende a se diluir cada vez mais.

A história parece que ensina coisa diversa, embora aparentemente comprove essa afirmativa. Ninguém ignora a grande consistência ideológica dos partidos socialistas da II Internacional no começo do século, enquanto a influência de Marx, através sobretudo de Engels, se fazia sentir sobre eles. Na medida em que os partidos socialistas foram aumentando seus efetivos, entretanto, isto é, na medida em que se transformavam em partidos de massa, verificou-se um fenômeno de diluição da ideologia, o aparecimento das diversas frações revisionistas e o completo aniquilamento ideológico da social-democracia. E a explicação desse fato, da diluição da ideologia, vão buscá-la no crescimento quantitativo do partido, na sua participação cada vez mais crescente na política nacional, no contínuo aumento do número de votos que a social-democracia ia obtendo. Onde, concluem, o partido de quadros, ideologicamente consistente, opõe-se ao partido de massa, ao grande partido que, em última análise, é a condição mesma para que os socialistas possam ir ao poder e realizar o socialismo. Dessa conclusão, sacam uma outra: os que defendem a tese do partido de quadros estão, praticamente, se opondo ao desenvolvimento do partido.

Se encarmos esses mesmos fatos sob um outro ponto de vista, entretanto, não do crescimento do partido, não da tomada do poder político, pura e simplesmente, mas, isto sim, da realização do socialismo, veremos que o conclusão contrária é a que se impõe. De fato, a consistência ideológica dos partidos socialistas da II Internacional diminuiu grandemente na proporção em que a social-democracia cresceu em número de eleitores, de postos ocupados no Parlamento, em número de membros inscritos. Mas, pretender ligar essa diminuição de consistência ideológica diretamente ao crescimento numérico do partido é esquecer todo o processo através do qual se deu esse enfraquecimento da ideologia socialista.

Em primeiro lugar, esse enfraquecimento das posições teóricas da II Internacional, manifestou-se sobretudo, através daquelas teorias que passaram à história com o nome de Revisionistas. Eram teorias elaboradas no sentido de mostrar que a análise feita por Marx da sociedade capitalista, análise essa que havia permitido a formação de uma consciência revolucionária no movimento operário, estava errada. Que, ao contrário do que asseveravam Marx e os marxistas, o capitalismo não se encontrava em crise, que o capital, longe de se concentrar, na negação do próprio capitalismo, estava se democratizando, e que, sobretudo, era possível ir-se ao socialismo através de reformas parciais, de conquistas mínimas, sem a necessidade da tomada do poder político e a implantação da "ditadura do proletariado". Bernstein, chefe de uma das correntes revisionistas da social-democracia alemã, resumia todas essas posições numa frase que se tornou célebre: "o movimento é tudo, o fim é nada", isto é, a realização do socialismo não é o problema principal da social-democracia, mas, sim, a conquista de pequenas vantagens à classe capitalista, pois, através de-

las, o proletariado verá melhoradas suas condições de vida e poderá apoiar-se, pacificamente, das posições-chaves da sociedade.

É interessante notar que essas revisões todas da doutrina que predominava inicialmente na social-democracia, ao mesmo tempo que representavam, pela sua consequência objetiva, uma aproximação das forças da burguesia, apareceram justamente no período de crescimento dos partidos socialistas. Ou seja, no momento em que os partidos socialistas começam a tornar-se partidos de massa, surgiram aquelas teorias tendentes a evitar sérios conflitos entre a ideologia partidária e a da classe dominante, permitindo, assim, uma existência tranquila dos socialistas. Ora, esse crescimento dos partidos socialistas refletiu-se, concretamente, no número de deputados eleitos e na maior participação partidária nas tricas da política parlamentarista burguesa. E, se atentarmos bem para o aparecimento dessas teorias concomitantemente ao da participação mais ativa do partido na política burguesa, vemos que a diluição ideológica dos partidos socialistas foi fruto, não do crescimento quantitativo do partido, mas da adaptação da política da social-democracia à política burguesa.

O dilema em que havíamos sido colocados, fica assim desfeito. Não há nenhuma relação de causa e efeito imediato, direta, entre a transformação do partido socialista, da formação de quadros em partido de massa, e o enfraquecimento da ideologia socialista. A relação causal — se assim podemos nos expressar: ante um fenômeno social — direto e imediato, que podemos observar, é que a social-democracia perdeu sua consistência ideológica e doutrínaria, na medida em que, deixando de lado a finalidade do socialismo, preferiu se dedicar ao crescimento do partido em termos de votos obtidos e deputados eleitos. Esse crescimento, se do ponto de vista estritamente partidário, para não já falar individualmente, é útil e interessante, do ponto de vista da realização do socialismo, entretanto, revela-se sumamente perigoso, na medida em que ele implica a aceitação tácita e sem discussão da tese bernsteiniana de que "o movimento é tudo e o fim é nada".

Além do mais, é na medida em que o partido permanece estritamente fiel a sua ideologia, que está substanciada em seu programa e revela cotidianamente através de sua política, que ele cresce quantitativamente. Ou seja, é na medida em que ele realiza uma política qualitativa, visando o futuro e não meras posições imediatas, que ele tende a estender sua influência sobre as massas e conseguir crescer. E esse crescimento, quando feito dentro desse esquema, em absoluto não irá colocar, dentro do partido, o problema do partido de quadros ou partido de massas, justamente porque a massa veio ter a ele em virtude dele ser um partido de quadros, ou seja, um partido que visa a realização do socialismo, que desenvolve uma política socialista e não burguesa.

(Conclue na 4.ª pag.)

A INDIGNA CARTA DO SR. CORRÊA E CASTRO

(Conclusão da 1.ª pag.)

de uma política adequada". Quer dizer, o Ministro declara à nação irmã que se quiséssemos apertar o cinto ao ventre, se quiséssemos cortar as nossas despesas, se quiséssemos empenhar-nos em sacrifício, nós, sós por nós, sairíamos galhardamente da situação. Mas nós apresentamos uma espécie de paratizagem internacional, declarando que queremos viver a tripa fora e que os Estados Unidos nos carreguem às costas, ou tropas estrangeiras ocupem o nosso território para dali os Estados Unidos irem guerrear.

De sorte que, Srs. Deputados, vêde a amoralidade desse quadro; é um pedido de empréstimo em que o postulante se apresenta com o riso do carneiro nas faces e nos lábios palavra de chantagem.

O EXEMPLO DA INGLATERRA

O Brasil não quer, nem será carregado às costas. Desgraçada da Nação que as costas é carregada por qualquer, porque este é exatamente o prego da sua dignidade, da sua soberania e da sua independência. É isso que a enquadra desde logo no rol dos povos colonizados dominados pelo mais forte que os senheira e os dirige. E para agravar a situação, para nos chegar o sangue às faces, no dia em que é dada publicidade à carta do Ministro da Fazenda, igualmente à publicidade se dava os discurso com que Stafford Cripps, na Conferência de Blackpool, enfrentando milhares e milhares de operários rebeldes contra a sua política de coerção de salário, de racionamento de viveres, contra a política dita de austeridade e de rigidez, declara: é preciso continuar. Novo ano de austeridade e de persistência; novo ano de penúria e de privações para que a Inglaterra se apresente ao mundo como uma grande nação que honra seus compromissos externos e satisfaz as necessidades do seu povo internamente; como uma nação que guarda consigo e para si mesma o zelo vigilante de sua independência e da sua liberdade. E quando por fim o seu programa se corouva por aquela quase unanimi-

dade da assembléia, ele podia exclamar, voltando novamente à tribuna, e mostrando a situação do Partido Trabalhista apertado entre as pinças da demagogia de Churchill e dos comunistas, mas a todos eles resistindo na execução do seu programa e na defesa de sua bandeira; ele pode exclamar que a Inglaterra apresenta neste momento o espetáculo do "democracia mais viril da terra". Exatamente o espetáculo da Inglaterra, de um povo que cumpre os sacrifícios obscuros da paz, muito mais difíceis de cumprir do que os heroísmos resplandescentes da guerra. É exatamente nesse dia que, se a carta do Sr. Corrêa e Castro fosse verdadeira, nós apresentaríamos ao mundo o padrão da democracia mais desvirtuada da terra.

(Muito bem; Apoiados) Contra isso se levanta o Brasil.

SIMBOLOS DE DOIS REGIMES

A carta não tem a seriedade, a carta não tem "dignidade", a carta não tem a majestade que os documentos desse cunho devem possuir. Diz S. Exa. que fala como banqueiro. Como banqueiro é que S. Exa. não fala. Não haveria jamais banqueiro que atendesse a um postulante que se lhe apresentasse declarando que poderia vencer a sua crise mas que o seu desejo era continuar a viver a tripa fora, e que ou o banco lhe emprestava o dinheiro, ou teria de carregá-lo às costas. Não haveria banqueiro que atendesse à desfaçatez desse pedido.

Como banqueiro é que ele não fala; ele fala como político incapaz. (Muito bem) Incapaz porque de política não teve tirocinio e uma pasta de Ministro só pode ser exercida por um homem político e não por um mero agente do capitalismo. (Muito bem)

É por isso exatamente que, até certo ponto, o discurso do Ministro socialista e a carta do Ministro capitalista dão-nos, em a sua extensão, o diâmetro moral dos dois regimes. (Muito bem. Palmas)

A DEMISSÃO SE IMPÕE

Continuando, disse o comp. Mangabeira que o que havia acontecido na realidade, era a manifestação da incapacidade do sr. Corrêa e Castro de dirigir-se como ministro de um país ao ministro de outro país. E acrescentou: "Mas, se essa capacidade ele não tem para o cargo, sua demissão se impõe".

E depois de chamar à responsabilidade o Presidente da República, mostrando-lhe que o apoio ao ministro da Fazenda será colocar-se contra a consciência democrática da nação, conclui: "A demissão do sr. Ministro da Fazenda é um ato imperativo da dignidade nacional!"



SOCIALISMO E LIBERDADE

Damos abaixo a palestra que a comp. Fabus Gikoyate proferiu no dia 13 de maio último. Nesta palestra são abordados temas da maior importância para o movimento socialista, tais como a conservação da liberdade na sociedade socialista e a passagem da sociedade Capitalista para a Socialista.

Não quero deixar passar esta oportunidade sem abordar, fóra do programa das palestras que estou realizando, dois problemas que consideramos fundamentais no programa socialista e na sociedade socialista do futuro. Esses dois problemas são muito importantes e sua explanação não é fácil porque existem certos preconceitos que não correspondem à realidade, muito arraigados no espírito de vários e cuja destruição exige muito trabalho, muitas explicações, muitas explanações e mesmo muitas discussões.

Queremos nos referir em primeiro lugar ao problema da liberdade individual. Afirma-se com muita frequência que a sociedade socialista abolirá esta liberdade individual, que a sociedade socialista transformará a humanidade numa espécie de campo de concentração em que cada um estará amarrado a um determinado posto que lhe será destinado no palco da produção nacional. Esta é uma das afirmações frequentes. Também se costuma dizer que a situação de um operário numa sociedade desta natureza ainda será pior, de certo ponto de vista, do que no atual regime capitalista em que ele, mal ou bem, em determinadas circunstâncias, ainda tem o direito de mudar de emprego, de fazer greves, de se rebelar e exigir uma melhoria de suas condições de vida.

Podemos afirmar que este problema é dos que no momento estão mais em foco e que a preocupação central de todos aqueles que se dedicam ao estudo destas questões é mostrar na teoria e na prática que é possível e relativamente fácil conciliar a planificação econômica da sociedade socialista com a manutenção e mesmo com a ampliação daquilo que chamamos liberdade individual e é justamente este o aspecto fundamental do conceito socialista.

Queremos abolir a desorganização, a desigualdade econômica, mas queremos que a liberdade individual continue, não, apenas, existindo, mas que possa ter o seu pleno desenvolvimento. No atual regime capitalista as circunstâncias de natureza econômica, muitas vezes unidas e tornam letra morta as liberdades consignadas em lei que não podem ser utilizadas pelo povo trabalhador.

Nada é mais fácil e mais compreensível do que um exemplo prático. Um exemplo prático é muito mais elucidativo, é muito mais convincente do que toneladas de teorias.

Na Inglaterra, que conhecíamos até há bem pouco tempo como a cárdela do imperialismo, como o país capitalista clássico que não só explorava seus próprios trabalhadores, como, através de um sistema colonial organizado secularesmente, explorava, também, pode-se dizer a metade da humanidade — está-se processando, de três anos para cá, uma transformação que não impressiona muito, porque se realiza de uma maneira quase silenciosa, sem muito ruído, sem nenhum espetáculo e, praticamente sem emoções. O processo de transformação que está sendo realizado na Inglaterra não repercute suficientemente, porque não ouvimos falar em revolução, não ouvimos falar em luta armada, não ouvimos falar em fuzilamentos, em enforcamentos, em bombardeios e em outros fatos que em nosso espírito

estão ligados ao problema da transformação social, ao problema de transformação de uma determinada estrutura econômico-política. Esta é a razão por que o processo que se está realizando na Inglaterra, de uma maneira lenta mas segura, tem passado despercebido.

Só indo estudar intencionalmente a experiência inglesa é que podemos apreciar a magnitude da transformação e verificar de que maneira ela confirma as teorias que procuramos expor.

O PARTIDO TRABALHISTA INGLÊS

Resumindo direi que na Inglaterra, há cerca de três anos, se encontra no poder o Partido Trabalhista Inglês. É preciso fazer uma ressalva, para não estabelecer confusões. Há uma diferença muito grande entre o Partido Trabalhista Inglês e o Partido Trabalhista Brasileiro. O PTI é um partido que tem atrás de si uma tradição de 50 anos de luta, é um partido que nasceu nos sindicatos, é um partido que foi edificado através dos maiores esforços e através de grandes lutas, que custaram os maiores sacrifícios aos operários da Inglaterra. Esse partido tem na sua direção operários ou homens que tendo uma origem social diferente há decênios se colocaram a serviço da classe operária e dessa maneira a serviço da humanidade e têm ajudado a edificar este partido. Enquanto o PTB, por mais bem intencionados que sejam muitos daqueles que engrossaram as suas fileiras e, até mesmo, alguns dos seus dirigentes médios é um partido que foi forjado por meia dúzia de representantes da atual classe dominante e que se propõe manejar a massa trabalhadora, afim de impedir que ela se organize em partidos exclusivamente seus e se disponha a lutar realmente contra a atual situação dominante no país.

Este PTI, partido genuinamente de trabalhadores, partido socialista, que se encontra no poder há 3 anos, está realizando uma transformação lenta, mas segura, da estrutura econômica da Inglaterra. Está processando a nacionalização e a socialização progressiva das indústrias-chaves da Inglaterra.

É um processo que está, apenas, no início. Uma tarefa tão gigantesca e de tal envergadura exige, naturalmente, muito mais de três anos para ser levada a bom termo. É o que verificamos? Verificamos que essa transformação de maneira alguma atingiu a estrutura política democrática do país. Além disso esta transformação é compatível com a manutenção integralmente dos direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores continuam com o mesmo direito de fazer greve que tinham antes. Continuam com os mesmos direitos que tinham antes de reivindicar melhores condições de vida. Ainda mais, está em estudo a maneira pela qual se deve estabelecer o controle operário nas indústrias nacionalizadas.

Não se chegou, ainda, a uma solução definitiva. Procura-

se atualmente na Inglaterra uma maneira prática de se efetivar o controle das indústrias nacionalizadas pela mesma operária que trabalha nas mesmas, afim de evitar que essas indústrias nacionalizadas se burocratizem, como tem acontecido mais de uma vez. O exemplo concreto que quero dar aos companheiros aqui presentes, sobre a maneira pela qual se pode conservar e conciliar a socialização com a liberdade individual é da socialização da medicina.

PLANO DE PREVIDENCIA

Na Inglaterra, há alguns meses, foi posto em prática um plano de previdência social, um plano de seguro social universal que abarca toda a população do país e assegura a todos uma assistência completa e integral, do berço ao túmulo. Mentalmente os companheiros poderão estabelecer um paralelo com a previdência social que temos atualmente no Brasil.

Este plano de previdência social assegura a todos assistência médica completa, incluindo médico, medicamentos, aparelhos protéticos, óculos, aparelho de audição, todo e qualquer exame complementar, internação hospitalar, estações climáticas quando indicadas e assim por diante. Quer dizer, do ponto de vista das necessidades de saúde de tratamento e de prevenção das moléstias o plano é completo. Entretanto, evitou-se um mal que os companheiros também devem conhecer muito bem entre nós, a burocratização.

Na clínica privada quando o médico é procurado pelo doente ele se vê na obrigação de tratá-lo bem, com atenção e com cuidado, porque o doente quando não satisfeito com o tratamento obtido poderá procurar outro médico. Mas, uma vez socializada a medicina, uma vez instituída a previdência social nos moldes em que ela está instituída entre nós; o doente tem que procurar um determinado médico, que ele não conhece, no qual ele não ouviu falar e quer seja bem tratado, quer seja mal tratado, não tem outro recurso a não ser continuar com o mesmo médico ou então ficar sem médico dentro da organização da previdência social. De fato, este é um grande defeito e podemos assegurar, na base da experiência própria, que, com exceções que realmente existem, é muito frequente observar o desleixo no cumprimento dos deveres por parte do médico nestas circunstâncias.

Como se evitou isto na Inglaterra? De uma maneira bastante simples. O médico não passou a ser funcionário do Estado com um determinado ordenado mensal e sujeito a um determinado horário de trabalho. O médico continua no seu local de trabalho e é procurado pelo doente que quiser procurá-lo. Cada segurador que paga uma determinada taxa e que tem direito ao serviço médico, tem também o direito de escolher o médico que quiser, tem direito

de mudar de médico todas as vezes que quiser. Vejam as consequências. Não só não se abole o fator confiança, que tem uma importância muito grande nas relações entre o doente e o médico, como também se faz com que o médico se veja na contingência de prestar serviços realmente eficientes sob pena de se ver desprovido de clientela. O doente nada paga ao médico, que recebe dos cofres da previdência social, mas proporcionalmente ao número de doentes que o procurarem, embora haja um limite máximo, que o médico não poderá ultrapassar, sob pena de prejudicar a sua eficiência de trabalho.

É uma organização extremamente simples e que combina perfeitamente bem um plano de socialização 100% completo e integral, com a conservação também integral da liberdade individual da liberdade do doente e da liberdade do médico, que indiscutivelmente deverá ser conservada não em função do amor a uma simples fórmula, não porque achamos a liberdade uma coisa bonita que deve ser conservada, mas porque a prática mostra que nestas circunstâncias a liberdade é muito indispensável para a própria eficiência do serviço.

Vejam, portanto, como se combina o que há de bom no sistema atual, nas relações atuais entre o médico e o doente, a confiança mútua e o que há de bom no sistema socialista que abole as possibilidades de exploração do doente e a impossibilidade frequente do doente de pagar os serviços médicos, farmacêuticos e hospitalares. Escolhi este exemplo porque o conheço melhor e por mostrar claramente que é perfeitamente possível conciliar a socialização, a organização, a planificação, a abolição da exploração, com a conservação absoluta e integral da liberdade individual. Há, ainda, uma vantagem. A liberdade no sistema socialista é mais eficiente do que a liberdade no sistema atual. Por que? Qualquer um dos companheiros presentes sabe, perfeitamente bem que a honestidade é uma coisa muito rara no regime capitalista. Muitos levados por circunstâncias econômicas, embora tenham uma boa formação, são frequentemente impelidos à desonestidade, que não praticariam de outra maneira. Se abrirem um jornal verificarão, com algum espírito crítico, que muitos anúncios médicos à primeira vista já dão para desconfiar. Há promessa de curas de doenças que todos nós sabemos serem incuráveis. Aprovegam-se tratamentos que todos nós sabemos que são ineficientes e ocultam cousas análogas que são mazelas do regime capitalista. Isto tudo desaparece naturalmente, isto tudo é inaplicável num sistema socialista.

Mas não é, apenas, neste setor limitado, embora muito importante, da previdência social que o problema foi resolvido pelo processo socialista de uma maneira perfeita.

Também se procura resolver da mesma maneira todos os outros problemas em todos os outros setores.

EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO

Outro aspecto que queremos rapidamente, em poucos minutos encavar com os companheiros é também muito importante. Se examinarmos, muito de relance, muito rapidamente, a maneira pela qual se acumularam as riquezas que tornaram possível o desenvolvimento em todas as sociedades progressas, desde as sociedades antigas baseadas na escravidão, através da sociedade medieval, baseada na servidão, e a sociedade capitalista atual, baseada na exploração do trabalho assalariado, constataremos que esta acumulação, que podemos chamar acumulação primitiva, acumulação das primeiras riquezas que permitiram um desenvolvimento ulterior, se faz sempre à custa do extermínio físico de gerações e gerações de homens.

A construção das pirâmides do Egito se fez com o sacrifício físico de dezenas de milhares de pessoas. A revolução industrial na Inglaterra, isto é, o lançamento dos alicerces do regime capitalista na Inglaterra, só foi possível pelo extermínio físico de gerações de trabalhadores. Livros insuspeitos de historiadores burgueses, historiadores que não tem nenhuma simpatia para com o movimento socialista atual, relatam perfeitamente estes fatos. Mostram que naqueles tempos trabalhavam nas fábricas crianças a partir da idade de oito anos, em jornadas de trabalho que iam de 12 a 16 horas por dia. Mais de um deles relata que os feitores das turmas se utilizavam de castigos físicos para manter estas crianças de pé, para impedir que adormecessem no decorrer do serviço. São fatos corriqueiros, fatos que qualquer historiador da revolução industrial inglesa relata com toda a simplicidade. Mesmo para os adultos a jornada de trabalho era de 12, 14, 16 horas nas piores condições possíveis do ponto de vista de higiene e de alimentação. Representavam essas condições de trabalho extermínio físico de massas inteiras de trabalhadores, de gerações sucessivas de trabalhadores, extermínio esse que tornou possível o lançamento dos alicerces do regime capitalista.

Repetiremos isto ao lançar os alicerces do regime socialista à custa de uma ou mais gerações a serem exterminadas? Em hipótese alguma. Não se trata para nós de edificar o socialismo num prazo determinado. Não se trata para nós de ter daqui a 10 anos uma grande indústria pesada, à custa da piora do nível de vida da atual geração de trabalhadores, do extermínio físico de uma grande parte desta classe de trabalhadores. Não. A edificação do socialismo é

(Continúa na 4.ª pag.)

POLITICA BURGUESA E POLITICA SOCIALISTA

(conclusão da 2.a pag.)

A questão volta, pois, ao que dizíamos no início desse artigo: a distinção entre a política burguesa e a política socialista.

Evidentemente, quem entre para o Partido Socialista, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, esperando ver crescimento rápido em termos de militantes ou de cadeiras nas câmaras legislativas, está completamente ignorante a respeito do que seja a política do socialismo. Como dizíamos, a política socialista é uma política para o futuro. Não é uma política feita em termos partidários. Não é uma política desenvolvida para fazer deputados, para eleger prefeitos ou governadores, mas sim, para realizar o socialismo. É uma política que, inclusive, sacrifica eleitoralmente o partido à ideologia, para conseguir triunfar mais tarde. Assim tem sido sempre. Os que pensam que as massas são eternamente ignorantes, e eternamente são engodadas pelos falsos líderes, estão longe da realidade. E os que pensam que a realização do socialismo é uma coisa que depende, única e exclusivamente, da tomada do poder, ou do aumento das representantes socialistas às assembleias, estão impregnados, de alto a baixo, de uma noção burguesa de política. Mesmo porque, a realização do socialismo é um longo processo de educação democrática das massas, e nada mais. A parte negativa desse processo, a abolição da propriedade, pode e deve ser feita por decreto, mas a parte positiva, que é a criação de uma sociedade e de uma consciência socialista nas massas trabalhadoras, somente poderá resultar da educação dessas mesmas massas. E vimos sempre que, quando os partidos socialistas buscam efetuar essa educação, servindo-se dos processos da política burguesa, o que conseguem é apenas afastar as massas de si, após havê-las conquistado graças à astúcia e a intransigência de sua política.

Não que com isso neguemos a necessidade de terem os socialistas representantes às assembleias. Admitir essa posição, seria negar a necessidade mesma da existência do partido socialista. O que queremos frisar é que a participação partidária na política da nação, é apenas um dos meios através dos quais poderemos ir criando, desde agora, aquela mentalidade socialista a que nos referimos. Porque, uma vez que a realização do socialismo é a principal característica que diferencia a política socialista da política burguesa, no momento em que essa finalidade é abandonada, deixa de ter razão de ser o partido socialista, uma vez que ele se imiscua, sem a mínima diferença, no jogo político burguês.

Não que sejamos contra o crescimento do partido. Pelo contrário. Mas é na medida em que esse crescimento se faz pelo simples crescimento, sem nenhuma preocupação de ordem ideológica, qualitativa, que o partido socialista assiste ao seu desaparecimento como tal, transformando-se num apêndice radical da política burguesa.

Oliveiros S. Ferreira

PARA AUXILIAR A "FOLHA SOCIALISTA"

A Comissão Executiva Estadual propõe, a todo membro do Partido as seguintes tarefas imediatas relativas a "Folha Socialista":

1) Remeter à redação da "Folha" colaborações, dados informativos e notícias populares, relativos a fábricas e a cidades do interior.

2) Divulgar ao máximo possível a "Folha", obtendo mais de um exemplar, na sede do Partido ou no organismo de base, para

distribuição. Procurar obter, também, assinaturas do jornal (Cr\$ 20,00 por 24 números).

3) Enviar, pelo correio, a pessoas que possam tornar-se simpatizantes ou membros do Partido exemplares da "Folha".

4) Procurar auxílios financeiros para o jornal, por todos os meios possíveis; contribuições em dinheiro, anúncios, etc.

Façamos de nosso jornal um poderoso instrumento de ação pela vitória do socialismo!

Crise no acordo inter-partidário

(Conclusão da 1.a pag.)

te, um partido burguês, pela sua estrutura, pela sua orientação programática e política, pela composição dos seus órgãos dirigentes. E, nessas condições, não é capaz de assumir uma atitude de oposição franca ao governo do general Dutra e nem isso lhe aparece como "conveniente" politicamente. O governo do general Dutra, por enquanto, vem satisfazendo, mais ou menos à toda burguesia brasileira, em virtude da sua relativa estabilidade, temperada de um reacionarismo "tranquilizador". Por outro lado, as classes dominantes sentem a necessidade de se apresentarem mais ou menos unidas, nas próximas eleições de 1950, para fazerem frente aos aventureiros tipo Getúlio e Aedemir, possivelmente aliados aos comunistas, numa vasta campanha demagógica, aventureiros esses que, no momento, não inspiram nenhuma confiança e são inconvenientes, sob o ponto de vista da política burguesa, na época que atravessamos.

Daí a nossa convicção de que o "acordo inter-partidário" U.D.N. - P.S.D. continuará do mesmo modo e o governo do general Dutra permanecerá na mesma pasmaceira, até o fim do seu período, tendo à sua volta conchavos políticos de toda sorte, para a solução do agudo problema da "sucessão".

ANTONIO

SOCIALISMO E LIBERDADE

(Conclusão da 3.a pag.)

ficação do socialismo deve se processar de uma maneira inteiramente diferente. A edificação do socialismo só é possível conciliando ao mesmo tempo o interesse dos seus edificadores, a massa trabalhadora e o povo em geral.

Nós não queremos bater records, nós não temos pressa, nós não queremos fazer serviços de fachada. Isto é próprio dos regimes totalitários. Nós queremos melhorar paulatinamente, gradativamente, seguramente o nível de vida de massa trabalhadora, ao mesmo tempo em que asseguramos as condições necessárias para a edificação de uma sociedade melhor que a de hoje.

O Socialismo abolirá a exploração do homem pelo homem, extinguirá as classes, acabará com os privilégios de uns poucos à custa de muitos, mas conservará a liberdade humana, conservará em toda a sua plenitude os direitos dos seres humanos e, ao mesmo tempo, não se propõe a construir as bases econômicas desse regime pelos mesmos processos utilizados nas sociedades anteriores, quer na antiguidade, quer na sociedade feudal da idade média, quer na sociedade capitalista moderna.

Não, o socialismo será edificado, tomando em consideração antes de mais nada a necessidade de melhorar paulatinamente, gradativamente, mas com firmeza, o padrão de vida daqueles que devem edificar o socialismo, os trabalhadores e o povo em geral.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

"Estamos empenhados em uma grande empresa: uma empresa sem precedentes. Estamos empenhados na construção de uma livre sociedade socialista pelos métodos da democracia social. Nós rejeitamos todos os conselhos e sugestões no sentido de que, deixando para trás nossos princípios democráticos durante algum tempo, poderemos chegar mais rapidamente ao Socialismo. E porque isso? Isso porque os métodos pelos quais se pretende atingir um fim, afetam profundamente a natureza do fim desejado. Uma sociedade que seja transformada por métodos não democráticos, perde o hábito da democracia. Uma sociedade que abandona na luta todos os princípios morais, perde esses princípios. Nós vimos que onde esses conselhos foram seguidos, a volta à democracia foi primeiramente relegada para um futuro distante e mais tarde abandonada para sempre".

(Extraído do discurso pronunciado por Clement Attlee na 47.a Conferência anual do Partido Trabalhista Britânico, em 1948).

INDICADOR PROFISSIONAL

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITÓRIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDÊNCIA:

Rua Guararã, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46 2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209 11.º andar - Salas 1.104-6-8-10 Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303 R. CONS. CRISPINIANO, 79 5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502 R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º SÃO PAULO

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO RAIOS X

Dr. Pericles Maciel

MÉDICO

Consultório: Benjamin Constant 61, 8.º Telefone: 2-8855

Residência: Al. Rocha Azevedo, 1052 Telefone: 8-7458

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clínica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel.: 2-0168

DR. EMILIANO NOBREGA

CLÍNICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

COOPERATIVA DE ESTUDANTES

N. DA R. — Por solicitação de companheiros da Escola Politécnica, e com a devida autorização do autor, transcrevemos de "O Politécnico" o artigo abaixo, que nos parece extremamente útil como informação sobre alguns aspectos do cooperativismo.

Pretendo tratar aqui de alguns tipos de associações de estudantes que a experiência de mais de cem mil universitários norte-americanos demonstram serem extraordinariamente úteis.

Como tais associações se filiam a um movimento muito mais amplo, que é o "Movimento Cooperativo" e, dentro deste, se relacionam particularmente ao cooperativismo de consumo, começarei por referir-me a este.

A história da origem e desenvolvimento do movimento cooperativo está muito bem apresentada na "Histoire des Doctrines Cooperatives", de Gromoslav Mladenetz (PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE). A quem isso possa interessar, informamos que a Biblioteca Municipal possui essa obra.

Bernard Lavergne, no seu livro "Les Cooperatives de Consommation" dá a seguinte definição:

Cooperativas de consumo ou cooperativas distributivas são todas as sociedades de produção, de venda ou de seguros constituídas entre consumidores para satisfazerem as

suas necessidades pessoais ou as de suas famílias pelos menores preços possíveis, e nos quais os lucros realizados, quando não são destinados ao fundo de reserva da sociedade, são restituídos aos associados na proporção das compras que cada um efetuou.

Essa definição, que se torna mais clara quando se entende as operações de compra e venda como aplicáveis indiferentemente a mercadorias e a serviços (pode-se "comprar" serviços médicos), mostra imediatamente algumas das características básicas que diferenciam as cooperativas de consumo das sociedades mercantis (por isso grifei alguns de seus trechos):

1) Os clientes são donos das cooperativas, que só efetua fornecimento aos associados; por isso, a cooperativa é organicamente incapaz de lesá-los;

2) nas operações entre a cooperativa e os clientes-associados prevalece o critério do justo preço. O lucro que a cooperativa realiza é apenas uma "margem de segurança", destinada a evitar déficits momentâneos, pois como é evidente, só depois de encerrado o balanço anual é possível calcular exatamente o valor da parcela correspondente às despesas gerais que deve ser acrescentada ao preço de custo para definir o preço mínimo de venda;

3) ao contrário das sociedades mercantis, que distribuem os lucros entre os associados proporcionalmente às respectivas quotas de capital, e distribuem aos clientes,

quando muito, alguns belos calendários, as cooperativas de consumo distribuem-nos entre os associados proporcionalmente às compras por estes efetuadas, isto é, em vez de adotarem como critério de remuneração do associado a sua qualidade de proprietário (medida pelo número de ações que subscreveu), consideram a sua qualidade de cliente (medida pelo montante das compras que efetuou). Ao capital se paga apenas um juro muito baixo, sendo numerosas as cooperativas que nem esse juro pagam, considerado o associado como muito bem remunerado pelo que recebeu na sua qualidade de cliente. Essa é a regra FUNDAMENTAL das cooperativas de consumo.

Outras regras adotadas pelas cooperativas de consumo serão expostas a seguir:

Nas assembleias, cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de ações ou melhor qualitas partes que possuir, e o voto por procuração geralmente não é permitido. Com isso se evita o predomínio dos interesses de uma minoria no seio da cooperativa. Esta regra, reunida à fundamental, permite definir a cooperativa como "sociedade de pessoas, não de capitais".

A adesão à cooperativa é livre, isto é: por um lado, ninguém pode ser coagido a tornar-se membro e, por outro, a cooperativa não pode recusar-se a admitir um novo associado por motivo de preconceitos raciais, políticos, religiosos, de classe, etc. Só mesmo razões técnicas podem ser invocadas, como por exemplo o caso de um morador de Porto Alegre querer tornar-se membro de uma cooperativa de distribuição de energia elétrica que funciona na Bahia... Da candidato, à entrada, exige-se apenas a subscrição do mínimo de quotas-partes estipuladas nos estatutos; e aos sócios que se retiram é devolvido o valor de suas quotas.

Vê-se, portanto, que o número de associados não é limitado. Apenas, a lei impõe um limite mínimo: não podem constituir-se cooperativas com menos de sete sócios. Vê-se, ainda, que o capital não é fixo.

A cooperativa é gerida por um Conselho de Administração, sob a fiscalização de um Conselho Fiscal, ambos eleitos pelos associados reunidos em Assembleia Geral. A Assembleia pode, por maioria de votos, destituir qualquer membro desses conselhos.

A cooperativa mantém-se rigorosamente neutra em matéria política, religiosa, filosófica, etc. Os associados, como particulares, conservam inteiro a sua liberdade nessas questões, é claro.

As vendas realizadas pela cooperativa aos associados são feitas à vista. Com isso ela pode por sua vez, fazer suas compras por atacado pagando à vista, do que resulta uma economia. Outro efeito útil de tal política é libertar o consumidor da escravização que representa o recurso imoderado ao crédito.

Como se vê, a cooperativa de consumo tem uma estrutura nitidamente democrática e, quanto ao seu espírito e método, difere radicalmente da empresa mercantil. Esta, quer se trate de modesta quitanda ou de grande loja que vende desde alfândegas até aviões, é animada pelo espírito de lucro. Olhando para o consumidor, ela vê nele principalmente o portador de necessidades que podem ser exploradas. Como diz Luis Wasserman em seu livro "Modern Political Philosophies", para a empresa mercantil, "o bem estar do

consumidor não é senão um sub-produto casual da caça ao lucro". Já a cooperativa de consumo, sendo o órgão representativo de um grupo organizado de consumidores, tem, forçosamente, outro ponto de vista: vê no consumidor o portador de necessidades que devem ser atendidas. E em vez de servir-se dele, procura e consegue servi-lo.

Para ser rigoroso no estudo das cooperativas deve-se distinguir em cada uma delas dois elementos, como faz G. Fauquet em "Le Sæcteur Coopératif": 1) Uma associação de pessoas que se reúnem para obterem a satisfação de certas necessidades comuns; 2) uma empresa comum destinada a realizar esse objetivo. Assim, conforme a necessidade comum a ser satisfeita, pode a associação cooperativa organizar empresas tais como: armazens de gêneros alimentícios, padarias, leiterias, farmácias, lojas de roupas, postos de gasolina, livrarias, papelarias, restaurantes, pensões (aplicação do método cooperativo às nossas tradicionais "repúblicas") caixas de seguros, lavanderias, serviços de assistência médico-dentária, serviços telefônicos, de produção e distribuição de energia elétrica, de gás, etc. Essa enumeração dá apenas uma pálida idéia do que tem sido a intervenção do consumidor organizado nos domínios econômico e social.

As cooperativas de consumo de objetivos afins tendem a unir-se em Federações locais e nacionais para melhor defesa dos interesses dos associados, bem como para melhor alcançarem os seus objetivos próprios. Essas federações mantêm fábricas de artigos de consumo que são fornecidos aos associados das cooperativas com notáveis reduções de preços, o que é fácil de compreender desde que se considere o desaparecimento dos lucros do fabricante, do atacadista e do varejista. Assim se explica o fato de a união das cooperativas suécas (que congrega 700.000 associados), ter montado, em cooperação com as similares norueguesa e dinamarquesa, uma fábrica de lâmpadas que desalojou da Escandinávia o truste que lá dominava essa indústria. Outro exemplo interessante é o do pão fabricado pelas cooperativas inglesas com o trigo importado de Enid Oklahoma e moído nos moinhos da união inglesa de cooperativas: custou aos consumidores ingleses a metade do que cobravam os padeiros de Enid, Oklahoma... Diga-se de passagem que as cooperativas inglesas possuem, por intermédio da União, até uma frota de navios, que é empregada na importação de mercadorias.

Em vista da exposição acima feita, creio que deverá haver uma "Cooperativa Universitária de Livraria, Papelaria e Impressão". Limite-me a

expressar a minha opinião: Se cada Escola Superior do Brasil tivesse uma dessas cooperativas, reunidas as mesmas em federações regionais e estas numa confederação nacional, que se encarregasse da impressão de livros ou da sua importação direta, seria bem melhor a nossa situação.

Outro setor em que os métodos cooperativos da organização podem ter e têm tido aplicações notáveis é o dos alojamentos para estudantes. Os estudantes do "Agricultural and Mechanical College" do Texas que o digam: Em 1932, dez dentre eles montaram uma cooperativa de moradia, numa casa alugada; em 1934, já eram 250, ocupando 10 casas; em 1936, eram 700, e iniciavam a construção de 14 casas com capacidade para alojar 32 estudantes cada uma. Verba de que dispunham para isso: os 10.000 dólares que haviam economizado nos anos anteriores.

A Cooperativa Universitária de Berkeley, Califórnia, era proprietária, em 1942, do maior prédio de apartamentos daquela cidade, e nele alojava mais de 500 estudantes. Condições: casa, cama e comida por 18 dólares, mensais. Segundo afirma o Sr. Valdikki Moura, autor de "Diretrizes Cooperativistas" (livro em que colhi esses dados) era impossível nessa época obter alojamento em pensões por menos de 50 dólares mensais.

Na Universidade de Washington usava-se um processo intermediário: Os alojamentos eram descentralizados, como no Texas, e a parte relativa à alimentação era centralizada, havendo uma cozinha central donde se expediam os alimentos para as casas onde se alojavam os estudantes associados. Despesas mensal por estudantes: 16 dólares. Dispunham ainda de uma lavanderia cooperativa.

Quanto ao modo de funcionamento dessas cooperativas, ainda não consegui informações detalhadas. Posso citar apenas os que colhi numa reportagem publicada no "Saturday Evening Post" de 27-11-1943, e que se referiam a uma cooperativa de alunos da Universidade de Michigan. A administração estava a cargo de uma presidente, uma tesoureira, uma "gerente" e vários comissões especiais (de compras, social, educativa, esportiva, etc.) Realizava-se semanalmente uma reunião em que se discutiam os relatórios e propostas apresentados pela diretoria e comissões. Cada uma das 19 associadas pagava 6 dólares semanais, isto é, aproximadamente a metade do que gastavam as estudantes que não viviam em cooperativas.

Em 1942 havia nos Estados Unidos mais de cem mil estudantes ligados a empreendimentos cooperativos, entre os quais contavam-se 210 livrarias, e o volume de negócios realizados foi da ordem de três milhões de dólares.

No Brasil há duas ou três cooperativas de livraria a serviço da classe universitária, sendo uma em Porto Alegre e duas na Bahia. Infelizmente não disponho de dados a respeito das mesmas no momento, mas pretendo voltar ao assunto logo que os obtenha.

Justiça do Trabalho

N. R. — Nesta Secção procuramos dar aos trabalhadores, leitores de nosso jornal, algumas noções práticas sobre questões trabalhistas, que possam servir-lhes de orientação. Nela, também, responderemos a todas as consultas que nos forem dirigidas, por empregados de quaisquer categorias, sobre dúvidas ou questões que tenham em andamento.

AINDA OS TRABALHADORES RURAIS

Na nota anterior expuzemos quais os direitos que presentemente são assegurados aos trabalhadores rurais, na nossa legislação trabalhista. Por ali se vê que os principais garantias asseguradas aos trabalhadores em geral, inclusive a garantia de indenização por dispensa injusta do emprego, e estabilidade no emprego após dez anos de trabalho, não existem para os empregados agrícolas. Entretanto, mesmo as precárias garantias já asseguradas na legislação aos trabalhadores rurais, não existem na prática.

Essa ausência de garantias é devida principalmente ao grande atraso da massa rural, a sua falta de espírito associativo, decorrente do isolamento forçado nas "colônias" das fazendas e ao baixo nível político, resultante do tradicional caudilhismo em torno dos "chefes", locais. Até hoje não vingaram, no Brasil, quaisquer associações de classe de trabalhadores rurais. A sindicalização destes, não obstante ser permitida em lei, desde 1944 (decreto-lei n.º 7.038), ao que parece não chegou a ser tentada, ainda, devido à submissão em que vivem os trabalhadores dos campos, em relação aos fazendeiros, que opõem feroz resistência a qualquer tentativa de organização daqueles em associações de classe.

Os trabalhadores rurais, por enquanto só podem agir individualmente. Mas, isoladamente, muito poucos são os que se dispõem a enfrentar o fazendeiro-empregador. Seria necessária, portanto, uma intervenção ativa de órgãos fiscalizadores — delegacias regionais do Ministério do Trabalho ou as próprias Câmaras Municipais, através de medidas legislativas municipais adequadas. Mas a fiscalização trabalhista no campo é absolutamente nula e as Câmaras Municipais se encontram, em sua grande maioria, dominadas por elementos ligados aos interesses dos fazendeiros de modo que os trabalhadores rurais nada devem esperar delas.

Por ora, portanto, temos que confiar em que a defesa das garantias trabalhistas já asseguradas em lei, aos trabalhadores rurais sejam defendidas por alguns elementos mais corajosos e combativos dessa classe, tão esquecida e desprotegida, não obstante constituir o grosso da população do Brasil. Onde houver tais elementos, sempre será possível compeli-los os fazendeiros a cumprirem as leis, mediante reclamações coletivas junto às autoridades judiciais locais, porquanto, na situação atual de crise de mão de obra nas fazendas, não poderão os donos destas dispensar coletivamente seus empregados.

ADVOGADO



PELA VITÓRIA DO SOCIALISMO

ALBERT VINCENT

RELATORIO DA C. M. DA CAPITAL

(Conclusão da 7.a pag.)

Ao todo realizamos cerca de 50 comícios, nos quais nos batemos em prol de reivindicações populares, procurando, sempre que possível, basear-nos em artigos da Constituição, para desmascarar a política burguesa de iludir as massas operárias.

Em todas essas reuniões públicas distribuímos mais de 3.000 exemplares velhos da "Folha Socialista", que estavam guardados na sede. Imprimimos, logo no mês de Janeiro, 20.000 manifestos dirigidos aos trabalhadores conclamando-os a defenderem a liberdade sindical. Em abril lançamos novo manifesto que também foi distribuído nos comícios. Esta C.M. ainda fez cerca de 50.000 volantes que foram distribuídos nos bairros, por ocasião dos comícios e auxiliou financeiramente o Grupo do Centro a confeccionar cerca de 100.000 sélos de propaganda.

A 13 de Maio fez a C.M. realizar uma conferência alusiva à data, para a qual foram convidados todos os membros do Partido.

Em maio, foi dirigida nova circular, não só aos elementos devidamente inscritos, como também à todas as pessoas que algum dia estiveram inscritas no Partido, concitando-os a regularizar sua situação perante a tesouraria do Partido.

Por sugestão das secretarias de Propaganda e de Educação e Assistência foi realizada uma série de conferências sobre o programa do Partido, conferências essas pronunciadas pelo companheiro Fobus Gikovate e que somam o número de (7) sete.

Esta C.M. mandou ainda, mimeografar e distribuir a todos os seus membros uma circular redigida pela Comissão Executiva Estadual referente à divulgação e auxílio financeiro da "Folha Socialista".

Da anterior C.M., foi recebida uma organização na qual constava apenas a existência de (6) seis grupos de base: o de Pinheiros, Médicos, Centro, Sé, Jornalistas e Vila Mariana. Posteriormente foram organizados os grupos da Vila Carrão, Guaiauna, Ipiranga, Hospital 9 de Julho, Bela Vista, Rádio América e Penha e Nossa Organização Dentária, sendo que, ainda na gestão da outra C.M. já haviam sido dados os passos para a organização dos grupos de Vila Carrão e Guaiauna.

Na última Assembléia Municipal tomaram parte 20 delegados, representando seis grupos e para esta Assembléia foram convidados a mandar delegados 13 Grupos de Base o que permitirá uma Assembléia com o comparecimento de 45 delegados. Ao iniciar a sua gestão esta C.M. encontrou inscritos no Partido 380 companheiros. Durante estes últimos meses ingressaram no Partido 164 companheiros, tendo pedido demissão 15 companheiros, havendo, por conseguinte, um aumento de cerca de 42,58%.

Há atualmente 529 membros.

Realizou a C.M. todas as reuniões ordinárias previstas pelos Estatutos e, além disso, algumas extraordinárias, bem como reuniões em conjunto com a C.E.E.

Esta C.M. pediu à direção da Folha Socialista que aumentasse sua tiragem, no que foi atendida. Assim é que de 3.000 exemplares já há alguns meses a tiragem passou a 3.500, ficando esta C.M. com toda a sobra da edição que é de cerca de 1.000 exemplares. E, por outro lado, paga à direção daquele jornal a importância fixa de Cr.\$ 1.000,00 por mês. Dos exemplares que ficam em seu poder, vende uma parte a Cr.\$ 0,50 e outra parte distribui gratuitamente nas portas de fábricas ou nos comícios, sendo que, por duas ou três vezes procurou vender, diretamente nar ua, alguns números.

Acreditamos que o Partido Socialista, na Capital, tornou-se um pouco mais conhecido e, realmente, entrou em contato com a massa proletária. Entretanto, reconhecemos que pouco fizemos para auxiliar o companheiro Cid Franco, o qual somente recebeu da C.M., por indicação vinda do GP-1, informações sobre as facilidades obtidas pela firma Sears Roebuck; e sobre um possível aumento do imposto predial de forma escorchante, que a Prefeitura pretende levar a efeito a partir do ano vindouro, assuntos esses que foram ventilados na tribuna da Câmara Municipal, pelo vereador do Partido.

Apresentava-se aos nossos olhos um problema que não resolvemos: o da mudança de nossa sede, desejada por muitos companheiros. Por um lado, as dificuldades de se localizar um salão em ponto central e por preço acessível e que ficasse aberto pelo menos até a 1/2 noite, sempre foi tarefa que não soubemos ou não pudemos enfrentar. Por outro lado, teríamos para isso que renunciar, tendo em vista os nossos poucos recursos financeiros, aos gastos com a propaganda. Preferimos não dispendermos maiores esforços para conseguirmos nova sede e continuar ainda nesta, desenvolvendo as atividades acima mencionadas a ficar, em virtude de um pagamento elevado, sem recursos financeiros para a aquisição de jornais e sem numerário para a confecção de milhares de boletins, volantes e sélos de propaganda como fizemos. Aumentamos um pouco nosso patrimônio adquirindo um alto-falante de potência e volume que nos satisfazem e que tem sido empregado nos comícios. Talvez a nova comissão, num trabalho mais produtivo, possa vir em breve, a solucionar o problema da sede sem sacrifício da propaganda, o que, certamente, é desejável.

Em resumo, foi o que realizamos e, ao submetermos este relatório à crítica desta Assembléia Municipal, só nos resta afirmar que, se mais não fizemos, foi certamente por deficiência de nossa parte.

OS DIREITOS DO TRABALHADOR

É proibido o trabalho da mulher no período de seis semanas antes e seis semanas depois do parto, com direito aos salários íntegros, calculados de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho. (Do Código de Trabalho)

X X X

Se o empregador coloca à disposição do empregado a indenização proporcional ao seu tempo de serviço, às vésperas de alcançar o mesmo estabilidade, age em fraude à lei. (Ac. do T.S.T.).

X X X

Ao empregador é assegurado o direito de requerer instauração de inquérito dentro de 30 dias da data da suspensão, contra o empregado garantido pela estabilidade, para a apuração de falta grave.

X X X

O colono de fazenda, trabalhador rural que é, tem direito a férias. (Ac. de 16-3-948).

X X X

A fixação do horário é facultade do empregador, podendo alterá-lo desde que não mude de diurno para noturno e vice-versa. (Do Código de Trabalho).

X X X

São considerados feriados religiosos, para efeito da proibição de trabalho de empregados, a Sexta-feira da Paixão, o corpo de Deus. Quando os feriados religiosos (ou civis) caírem em sábado ou segunda-feira, será permitido o trabalho, até às 12 horas, dos empregados em comércio de gêneros alimentícios em geral e nos barbeiros e cabeleiros. (Do Código de Trabalho).

X X X

Consideram-se acidentes no trabalho aqueles que ocorrem com o trabalhador em viagem a serviço do empregador ou na execução de ordens ou realização de serviços sob a autoridade do empregador. (Do Código de Trabalho).

X X X

Todo empregador é obrigado a segurar os seus empregados contra os riscos de acidente do trabalho. (Do Código de Trabalho).

X X X

Não deixe passar dois anos para reclamar qualquer coisa na Justiça de Trabalho, porque não terá mais direito a isto.

Comunicado da secretaria — A secretaria da Comissão Executiva Estadual recomenda encarecidamente a todos os membros do Partido residentes na Capital que tenham de efetuar viagens ao interior do Estado, que procurem informações no Partido, no horário de expediente da secretaria, ou pelos telefones 3-9784 e 4-3688, a fim de se informarem sobre os companheiros residentes nas localidades de destino. Por essa forma será possível incentivar o contato pessoal entre os membros do Partido residentes na Capital e no interior do Estado, contato esse que é indispensável ao fortalecimento do Partido e que nem sempre é possível manter através de viagens dos membros dos organismos dirigentes e que não pode ser suprido por meio de correspondência.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM PORTO ALEGRE

Realizou-se a 19 de maio último mais uma Assembléia Municipal do PSB em P. Alegre. Com a presença dos delegados dos diversos grupos daquela Capital, foram debatidos todos os problemas partidários de âmbito municipal, especialmente os ligados a intensificação da propaganda e fortalecimento da imprensa do partido.

Procedidos depois as eleições para renovação da Comissão Municipal de Porto Alegre, ficou a mesma assim constituída: Companheiros Farias Guimarães, Oscar Carpes, Percio Pinto, João E. M. Dutra, Nestor Porciuncula, Germano Bonow F., Candido Porciuncula, Zary Pinheiro, Gomes da Silveira, Gervasio Souza, Nilton Goulart, Lenine Nequete, Nelson Caldas, Moacyr Morais e Mansueto Serafini. Foram eleitos os suplentes seguintes: José Kafruni, Morena Flores, Clavio Goulart Ponzi e Walter Dutra.

Foi também eleito nessa ocasião o comp. Gomes da Silveira para representar o município de Porto Alegre na 1.ª Convenção Estadual do Partido.

Finda a Assembléia Municipal, reuniu-se a Comissão recém eleita a fim de escolher a Executiva Municipal, que ficou assim constituída: Presidente — Farias Guimarães; Secretário Geral — Oscar Carpes; Secretário — Nelson Caldas; Tesoureiro — Cândido Porciuncula; Membros efetivos — Percio Pinto, João E. M. Dutra, Zary Pinheiro, Gervasio Souza e Nestor Porciuncula.

O PROBLEMA DO ARROZ

Merece especial destaque o debatido o caso do arroz, que tanto agitou e está agitando a opinião pública. Na safra anterior se verificou a mesma celeuma: de um lado os produtores a exigirem maior preço e, do outro, temerosos e apavorados com a alta dos gêneros de primeira necessidade, o Governo a não concordar com o preço exigido.

Efetivamente não sabe o Governo como há de decidir. Se atende aos produtores, esmaga os consumidores. Se defende a estes, prejudica aqueles. Tome o partido que tomar, haverá, pelo menos, uma classe atingida, sendo mais provável, até, como já tem acontecido, que ambas venham a ser prejudicadas.

De fato, a que se atribuir o crucial dilema? A incapacidade do Governo, dizem uns; outros culpam o regime democrático recém inaugurado.

Para nós a questão é mais profunda. Não se trata, no nosso entender, de uma medida de superfície, capaz de ser resolvida com uma simples portaria da CEAP, ou com discursos de alguns parlamentares umbelicanos na lavouira de arroz, ou em entrevistas pagas dos tubarões.

O mal está nas entranhas do regime capitalista que não pode conciliar os interesses da produção com os da distribuição. E porque? Simplesmente porque tanto na produção, como na distribuição, impera o insopitável desejo de lucrar.

É o que se conclui na análise do sistema de produção capitalista do arrós. O financiamento é caro porque o dinheiro se destina a produzir mais dinheiro (e é com manchas de sangue numa das faces que o dinheiro veio ao mundo). Elevadíssimo é o arrendamento das terras porque a propriedade é um meio de renda e não tem um fim de produção. Alto é o preço das utilidades empregadas na lavouira porque todas elas trazem o selo do lucro. A exceção da mão de obra, o único que pode ser controlado pelo produtor, tudo é caro no atual sistema de produção.

Não comporta exame o sistema de distribuição capitalista. Do engenho aos tubarões, destes à bodegas, o produto percorre a longa via crucial do lucro.

É por isso que nós precomzamos medidas mais profundas, que seriam a transformação do regime capitalista de produção pelo regime socialista; a socialização dos meios de produção e dos meios de vida. Lutamos para que a produção se destine ao uso e não ao lucro. Desejamos que os interesses da produção se conciliem com os da distribuição, e que estes interesses se completem.

Para o regime capitalista invocamos a imagem de Dante às portas do seu Inferno, em que um pendulo oscilava da eternidade para a eternidade. No pórtico do regime capitalista, o pendulo se move sempre e inexoravelmente do lucro para o lucro, sem outra alternativa e sem outra esperança.

OSCAR CARDEL
(De "A luta", órgão do P. B. em P. Alegre)

VIDA PARTIDARIA

RELATORIO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA CAPITAL

Nova Comissão Municipal de São Paulo

Realizou-se no dia 14 de junho último, no salão do Centro do Professorado Paulista, a assembléa municipal destinada à eleição de nova Comissão Municipal da Capital, na forma dos Estatutos. Os trabalhos da reunião foram bastante animados, prolongando-se das 21 horas até às 3 horas da madrugada seguinte, achando-se presentes 45 delegados representantes de grupos de base, e também o vereador Cid Franco, que apresentou um relatório de sua atuação na Câmara Municipal de São Paulo, o qual foi aprovado; os comp. Syr Martins e Gilberto Menezes, vereadores socialistas em Santo André; o comp. Aristides Prado, da C. M. de Caçapava e o comp. Henrique Peres, da C. M. de Mogi das Cruzes.

A nova Comissão Municipal, eleita nessa assembléa, ficou assim constituída: Abner Laureano, Cordélia Nobrega Duarte, Febus Gikovate, Jacob Miranda, João Rodrigues Mereje, João Genari, José Antonio Rogé Ferreira, José Calazans de Araujo, Marcelino Serrano, Nicola Cinopoli, Paulo Meimberg, Rivaldo Mota Marcondes, Severino José de Castro, Waldemar de Souza e Wilson Rahal. Havendo o comp. Febus Gikovate, que é membro da C. E. Estadual, optado pela permanência no cargo que ocupa nesta, foi efetivado, em seu lugar, como membro da Comissão Municipal, o comp. Luiz Lopes Coelho. Como suplentes, foram eleitos os comp. Cicero Viana, Geraldo Campos de Oliveira, Julio Franco, Luis Lobato e José C. Fontenelle. Em sua primeira reunião, de posse, a Comissão Municipal elegeu a respectiva Comissão Executiva, que ficou assim constituída: presidente — Wilson Rahal; secretário geral — Marcelino Serrano; secretário — Rivaldo Mota Marcondes; tesoureiro — Waldemar de Souza; sec. de arrematenação: José Antonio Rogé Ferreira; sec. de finanças — João Rodrigues Mereje; sec. sindical — Severino José de Castro; sec. de propaganda — José Calazans de Araujo; sec. de Educação e assistência — Cordélia Nóbrega Duarte.

Expediente da Secretaria da CE Estadual

A secretaria da Comissão Executiva Estadual mantém um expediente diário, na séde do Partido, à Praça da Sé, 237, 2.º andar, das 16,30 às 17,30 horas, afim de atender a quaisquer membros do Partido, especialmente os companheiros do interior do Estado, que tenham questões partidárias a tratar. Entendimentos com a secretaria poderão ser procurados, também, pelos telefones 3-9784 e 4-3688.

Reunião Plenária da Comissão Estadual de São Paulo

Realizou-se nos dias 25 e 26 de Junho, mais uma reunião plenária da Comissão Estadual de São Paulo, na qual foram discutidos os seguintes assuntos: 1 — Plataforma eleitoral do Partido, em São Paulo, para as eleições de 1950 (discussão à base do projeto apresentado pela C. E. Estadual e publicado no número 29 de "Folha Socialista"); 2 — Plano de Imprensa do Partido; 3 — Situação política do Estado; 4 — Várias.

Dos resultados dessa reunião, daremos amplos detalhes em nosso próximo número.

Damos abaixo o texto do relatório apresentado pelo comp. Hozair Motta Marcondes, em nome da C. M. da Capital, cujo mandato expirou a 14 de junho último, e que foi aprovado pela assembléa reunida na mesma data.

Ao apresentar o relatório das atividades da Comissão Municipal a essa Assembléa, devemos certamente, num retrospecto ligeiro, analisar como e em que condições esta C. M. recebeu o Partido nesta Capital.

Em 13 de Dezembro próximo passado, quando se realizou a última Assembléa Municipal, o companheiro Plínio Gomes de Mello apresentou um relatório, se não sombrio, pelo menos evado de um certo pessimismo, no qual justificava o pedido de renúncia coletiva de todos os seus membros e com toda lealdade confessava o fracasso da anterior C. M. Terminava o relatório focalizando a esperança de que a nova C. M. pudesse estar a altura das necessidades do desenvolvimento partidário em S. Paulo.

Certamente esta C. M. não pode afirmar que fez tanto quanto devia. Entretanto, está conscia de que fez tudo quanto pode. Por outro lado, se não nos alteamos num optimismo exagerado, certamente também não nos deixamos envolver pelo pessimismo.

Eleita a Comissão Executiva, a mesma resolveu procurar por meio de circulares, o quanto possível mensais, entrar em contato com todos os membros inscritos no Partido, afim de conclamá-los a uma militância ativa nos grupos de base, ou a formarem novos grupos, bem como de lembrá-los da indispensável necessidade da divulgação da Folha Socialista e da conveniência de arrematenação de novos membros.

Logo em janeiro iniciou o Partido uma série de comícios em portas de fábricas e em pontos diversos da cidade, comícios que não foram em maior número devido à intervenção do DOPS, proibindo nossa propaganda à saída dos operários de seus locais de trabalho. Ainda assim conseguimos realizar onze comícios em portas de fábricas e outro tanto em diversos bairros.

Em seguida colaboramos com a C. E. nos comícios eleitorais nos municípios recém-criados, enviando oradores e trabalhando com afimco para que nosso Partido conseguisse o melhor resultado possível.

A 1.º de Maio realizamos um grande comício em comemoração à data magna dos trabalhadores, comício para o qual contamos com o auxílio da C. E. E. e que foi o mais concorrido ato público realizado pelo P.S.B. em São Paulo. Antes desse comício foram realizados alguns comícios preparatórios em diversos bairros.

(Continúa na 6.ª pag.)

Plataforma Socialista para as eleições estaduais de 1950

No último número de "Folha Socialista" foi publicado o projeto de plataforma eleitoral elaborado pela Comissão Executiva Estadual do Partido, em São Paulo, para as eleições de 1950, no Estado. A Comissão Executiva encarece a todos os membros do Partido, no Estado, que promovam, nos respectivos organismos, discussões repetidas sobre o referido projeto de plataforma, que será objeto de discussão e aprovação definitivas na próxima Convenção Estadual do Partido, a realizar-se em setembro próximo, afim de que a plataforma venha a representar fielmente o pensamento de todos os socialistas de São Paulo.

Comissão Estadual do Ceará

Está assim constituída a Comissão Estadual do Partido, no Ceará: presidente: Geraldo Carlos Lemos; secretário geral — Edmilson Barros Oliveira; secretário — José Alencar Furtado; tesoureiro — Francisco Sá Cavalcanti; secretário de finanças: Carlos Bezerra Monteiro; secretário de Propaganda — José Edésio de Albuquerque; secretário de educação e assistência — Serylvo Mendes Barroso.

Nova séde central do Partido no Rio de Janeiro

Foi instalada recentemente, à Avenida Rio Branco n.º 173, 2.º andar, no Rio de Janeiro, a nova séde da Comissão Nacional e da Comissão do Distrito Federal do Partido. A nova séde, que é própria, dispõe de boas instalações e está magnificamente situada (em frente à Galeria Cruzeiro), no centro da cidade do Rio de Janeiro. Representada, pois, um acontecimento importante no desenvolvimento do Partido.

Novo Jornal do Partido

A Comissão Estadual do Partido no Rio Grande do Sul vem de editar "A Luta", um jornal combativo e magnificamente apresentado, que passará a circular como órgão daquela Comissão. "A Luta" iniciou-se com uma tiragem de 1.000 exemplares, com edições quinzenais, sob a direção dos companheiros Nilton Goulart e Périco Pinto. A séde provisória do novo jornal do Partido está situada à rua José Montauri, 149, em Porto Alegre.

"PANFLETO"

Em virtude de acôrdo realizado com a revista "Panfleto", semanário editado na Capital Federal, o "Boletim Socialista", órgão da Comissão do Distrito Federal, do Partido; passou a ser publicado na referida revista. Recomendase, portanto, a todos os membros do Partido que adquiram o semanário carioca, nas bancas de jornais, afim de se inteirarem das atividades dos nossos companheiros no Rio de Janeiro.

A 48.ª CONFERÊNCIA DO PARTIDO TRABALHISTA INGLÊS

A 48.ª Conferência Anual do Partido Trabalhista Inglês caracterizou-se por dois fenômenos aparentemente contraditórios: de um lado, a vitória do governo e do comitê executivo nacional, que conseguiram ver aprovadas a política econômica de "sit" Stafford Cripps, e a expulsão de Zilliacus e demais stalinistas do partido, enquanto que, de outro lado, o resultado das eleições para a composição do novo executivo nacional mostrou a crescente ascendência da ala esquerda do partido, justamente aquela que, ao que se pode depreender dos telegramas publicados, opõe-se mais energicamente à política que o atual governo trabalhista vem realizando com relação às empresas nacionalizadas.

O congresso trabalhista realizou-se num ambiente de tremenda expectativa, sob os ataques dos conservadores e dos comunistas, cada qual procurando explorar para seus objetivos a política econômica do governo — uns proclamando a falência inevitável da Inglaterra, outros dizendo que a classe operária havia sido traída. A uns e outros, soube o congresso trabalhista dar a devida resposta, através da palavra de Arthur Deakins, líder trade-unionista, que, após a exposição de Stafford Cripps sobre sua política econômica e a necessidade de manter-se o atual orçamento custe o que custar, hipotecou, do plenário, o inteiro apoio dos sindicatos ingleses à política governamental, por compreender ser ela a única capaz de evitar que a Inglaterra vá à completa bancarrota. Melhor que as palavras de Arthur Deakins, entretanto, falou a votação maciça das Trade-Unions a favor da política governamental.

A expulsão de Zilliacus representou uma grande vitória do executivo nacional contra aquelas tendências que dentro do Partido Trabalhista procuram fazer a política do Partido Comunista. Contra essa expulsão levantam-se algumas vozes concientes, buscando ver nela o início do fim da democracia interna no partido. Os fatos que acompanharam esse processo na 48.ª conferência, se não desmentem totalmente essa afirmativa, também não servem para dar-lhe inteira razão. De fato, por proposta do executivo Nacional, a conferência não quis ouvir os argumentos que Zilliacus tinha a opor à sua expulsão. Mas, a oposição que se manifestou, dentro da conferência, a essa proposta, é bem significativa e mostra que o espírito de vigilância democrática ainda não abandonou os trabalhistas. E ainda maior importância assume o gesto daqueles que votaram pela audiência de Zilliacus, quando se pode observar que a grande maioria deles votou, mais tarde, pela ratificação da atitude do executivo nacional, expulsando Zilliacus definitivamente das fileiras do socialismo democrático.

Sem querer fazer profecia, temos a impressão de que a política de moderação e hesitação que o governo trabalhista vem pondo em prática está assistindo seus últimos dias. A crescente votação que a ala esquerdista vem obtendo nos

últimos congressos nacionais, é demonstrativa do fato de que as forças mais conscientemente socialistas estão ganhando terreno no partido, sobretudo no que se refere ao controle das indústrias nacionalizadas. Já no congresso do ano passado, foi grande o número de vezes que se levantaram para criticar a política do governo, mostrando claramente que os trabalhadores não estavam contentes com os rumos que ela estava tomando. Esse ano, a oposição encontrou maior apoio para seus argumentos. O número de elementos esquerdistas que foi eleito para o executivo é bem elucidativo a esse respeito. Os trabalhistas, principalmente aqueles ligados às trade-unions do carvão e das estradas de ferro, estão cada vez mais concientes de que a simples nacionalização não é suficiente para que os trabalhadores possam ser donos

dos meios de produção. É necessário, além do mais, que eles a dirijam.

Sem grande estardalhaço, a 48.ª conferência trabalhista reafirmou à unidade do partido frente às demais organizações políticas da Inglaterra, ao votar a política do governo e a expulsão de Zilliacus. Ao mesmo tempo, assinalou sensível progresso da ala esquerda. As próximas eleições marcarão definitivamente o rumo do socialismo não só na Inglaterra, mas também no mundo. A vitória dos trabalhistas possibilitará uma arrematada mais forte no sentido da Inglaterra socialista dentro da Europa Socialista. A vitória dos conservadores talvez signifique, como disse o vice-primeiro ministro Morrison, o fim da possibilidade da chegada ao socialismo pelas vias estritamente legais.

O.S.F.

A UNIFICAÇÃO DOS SOCIALISTAS ITALIANOS

Por decisão dos representantes das três tendências do socialismo italiano, o Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos (Saratag), a Unidade Socialista (Ignazio Silone) e os Autonomistas (Romita), ficou assentado que o congresso de unificação dos socialistas italianos será realizado no próximo dia 25 de agosto. Nesse congresso, que se reunirá sob os auspícios da COMISCO, decidir-se-á em definitivo sobre a unificação ou não das forças do socialismo democrático italiano.

O grande obstáculo à unificação dos socialistas é a participação de Saratag no governo, fato esse que vinha encontrando grande oposição no seio do próprio PSLI. Saratag, de sua parte, conseguiu remover esse obstáculo no seu partido, quando obteve do congresso a aprovação por grande maioria, da política por ele defendida. Para Saratag, a participação no governo se afigura a única maneira de defender a democracia e impedir que o fascismo e a monarquia voltem a dominar a Itália.

Os fatos por ele apontados no congresso do PSLI, (a vitória do Movimento Social Italiano — monarquista — sobre a Democracia Cristã na Sardenha, e a minoria da DC do Senado) devem ter influído para que o Partido aprovasse sua política de participação.

Os membros da Unidade Socialista e os Autonomistas, entretanto, defendem posição contrária, sustentando que é a participação dos socialistas em um governo clerical e reacionário como o da Democracia Cristã que permitirá o ressurgimento do fascismo, uma vez que desacredita e debilita as forças socialistas, as únicas capazes de salvar a Itália.

O congresso de agosto decidirá sobre a validade dessas posições. De todas as maneiras, vença Saratag, Silone ou Romita, o importante é que as forças socialistas democráticas da Itália se unam para salvar a democracia e abrir perspectivas menos sombrias para as massas proletárias italianas.

B. A.

Folha Socialista

O PARTIDO SOCIALISTA NO RIO GRANDE DO SUL

A 1.ª Convenção Estadual

Em sua 1.ª Convenção Estadual, o Partido Socialista reuniu em P. Alegre os diversos representantes das Comissões Municipais já organizadas no interior, durante os dias 20, 21 e 22 de maio findo, afirmando desta maneira, sua vitalidade naquele Estado. Traçando no bojo de seu programa os postulados e os princípios mais altos da justiça social e da liberdade, o Partido Socialista vai penetrando no povo e envolvendo em suas fileiras aqueles que não estão de acordo com a ordem social contemporânea e desejam dar ao homem a estabilidade econômica necessária ao seu desenvolvimento material e intelectual.

Especialmente para assistir os trabalhos da 1.ª Convenção seguiram do Rio de Janeiro os companheiros Hermes Lima, um dos representantes do Partido na Câmara Federal e Osório Barba, vereador socialista na Câmara do Distrito Federal.

À tarde do dia 20 realizou-se uma sessão preparatória e às 20 horas foi instalada a 1.ª Convenção Estadual do PSB, em sessão solene efetuada no edifício da Associação dos Empregados no Comércio. Abertos os trabalhos pelo companheiro Bruno Mendonça Lima, cujo mandato de presidente do Partido no R. G. S. então terminava, convidou o veterano lutador socialista ao comp. Hermes Lima para presidir a sessão.

Tomando a palavra, o comp. J. G. Gomes da Silveira saudou os dois representantes da Comissão Nacional. O comp. Oscar Carpes cumprimentou os convencionais. O comp. Germano Bonow F.º, secretário-geral, passou, após, à leitura do Relatório das atividades do Partido no Estado. Falaram ainda nessa sessão, os comps. Gervasio Souza, líder tranviário, Hermes Lima, abordando o tema da organização partidária, Osório Barba,

historiando as atividades do Partido no âmbito nacional, e encerrando a sessão o comp. Bruno de Mendonça Lima, sobre o desenvolvimento do Partido no Estado.

No dia 21, pela manhã, reuniu-se a Comissão de Teses para dar pareceres, comissão esta constituída pelos comps. Nelson Caldas, Farias Guimarães e Rubens Maciel. À tarde realizou-se a 2.ª sessão da Convenção, sendo discutido e aprovado o Relatório, por unanimidade. Foram aprovadas ainda pelas convencionais indicações do comp. Bonow F.º, uma delas relativa a participação de membros do Partido no Estado em movimentos de frente única; do comp. Oscar Carpes, referente a "A LUTA"; e do Grupo n.º 5, apresentadas pelo comp. Percio Pinto, concernente ao planejamento da Propaganda e do Financiamento do Partido. Submeteram-se ainda à consideração da Convenção duas moções solicitando inserção em ata de um voto de louvor à atividade dos comps. Bruno de Mendonça Lima e Germano Bonow F.º, sendo ambas aprovadas por unanimidade.

No dia 22, foi encerrada solenemente a 1.ª Convenção Estadual do Partido Socialista com uma sessão no salão nobre da Associação Riograndense de Imprensa. Foi empossada a Comissão Estadual tendo discursado os comps. Raymundo Martins de Quadros, Bruno de Mendonça Lima e Hermes Lima.

